

**EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL****CERRADO DO ALTO PARNAÍBA (PIAUI) E O AGRO: é possível comemorar os resultados?****CERRADO DO ALTO PARNAÍBA (PIAUI) AND AGRO: is it possible to celebrate the results?****Lucile de Souza Moura<sup>1</sup>  
Raimundo Lenilde de Araújo<sup>2</sup>****RESUMO**

O Piauí adotou, no intervalo de tempo entre os anos de 2010 e 2022, uma política de desenvolvimento econômico de base “novo desenvolvimentista”, apostando no investimento público, principalmente em infraestrutura, para atrair e expandir o investimento privado. O presente artigo tem como objetivo investigar a política econômica novo desenvolvimentista adotada pelo governo do Piauí de 2010 a 2022, e as consequências para a população no cerrado piauiense, a partir dos dados do PIB da região e outros indicadores de desempenho socioeconômico. A implantação desse modelo na região denominada Território de Desenvolvimento Alto Parnaíba é composta de 12 municípios e agrega a maior produção de *commodities*. Isso posto, parte de uma pergunta instigadora: “há o que comemorar?”. Com base em dados secundários, foi possível observar que a região passou por um forte crescimento econômico, tendo seu Produto Interno Bruto (PIB) quadruplicado. Foi avaliado também o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da região, onde se verificou uma forte perspectiva de aumento de desenvolvimento humano municipal ao tempo em que indica pontos de ajuste de políticas públicas capazes de minimizar as desigualdades sociais ainda presentes.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Novo desenvolvimentismo. Cerrado do Piauí.

<sup>1</sup> Graduação em Bacharelado em Administração pela Universidade Estadual do Piauí (1991) e Mestrado em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (2003). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Piauí.

<sup>2</sup> Pós-doutoramento em andamento (2023, IGOT/ULISBOA). Doutor em Educação Brasileira e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Professor Efetivo, Classe Associado II, da Universidade Federal do Piauí (UFPI) no curso de Licenciatura em Geografia (Graduação) e no Programa de Pós-graduação em Geografia/Mestrado/UFPI.

**ABSTRACT**

Piauí adopted, between 2010 and 2022, an economic development policy based on a “new developmentalist” basis, investing in public investment, mainly in infrastructure, to attract and expand private investment. This article aims to investigate the new developmental economic policy adopted by the government of Piauí from 2010 to 2022, and the consequences for the population in the cerrado of Piauí, based on data from the region's GDP and other socioeconomic performance indicators. The implementation of this model in the region called Alto Parnaíba Development Territory is made up of 12 municipalities and brings together the largest production of commodities. That said, it starts from an instigating question: “is there anything to celebrate?”. Based on secondary data, it was possible to observe that the region experienced strong economic growth, with its Gross Domestic Product (GDP) quadrupling. The region's Municipal Human Development Index (IDHM) was also evaluated, which showed a strong prospect of increasing municipal human development while indicating adjustment points for public policies capable of minimizing the social inequalities still present.

**Keywords:** Development. New developmentalism. Cerrado of Piauí.

**1 INTRODUÇÃO**

O novo desenvolvimentismo brasileiro é uma teoria econômica, que nasce como uma resposta, por parte dos economistas alinhados ao *welfare state* keynesiano, que determina para o Estado o papel de ser o elemento ativo no sistema econômico, funcionando como uma mola propulsora para retomar o crescimento. Para isso, os governos precisam de uma política monetária e fiscal expansionista, poupando quando a economia vai bem, e investindo quando está em depressão.

O novo desenvolvimentismo recebe esse nome como uma resposta ao modelo neoliberal implantado nos países periféricos e dependentes, por força do Consenso de Washington, depois da crise econômica dos anos de 1970. No Brasil, a teoria política novo desenvolvimentista tem como principal baluarte o economista, professor e ex-ministro Bresser-Pereira, e é uma atualização dos conceitos e práticas do movimento desenvolvimentista que se instalou no país nas décadas de 1940-1950, tendo à frente as ideias de Celso Furtado e que ganhou corpo com os economistas do CEPAL. Bresser-Pereira (2017), afirma que o novo desenvolvimentismo é uma alternativa ao liberalismo econômico e é uma ideologia associada ao nacionalismo econômico, não do ufanismo nacionalista, mas de valorização da indústria nacional, promovida por uma “coalizão de classes”, envolvendo empresários industriais produtivos, trabalhadores e governo. Para tanto, o Estado, ao exercer o seu papel de

coordenador da economia, precisa garantir a competitividade das empresas nacionais, por meio de regulações ou agindo subsidiariamente, a fim de que haja condições para acumulação de capital, dando previsibilidade para que exista uma relação positiva entre taxa de lucro, produtividade e taxa de salários, de forma que amplie empregos, aumentando o número de trabalhadores com poder de compra, que alavancam a produção, gerando, assim, desenvolvimento social.

O Piauí é costumeiramente propagado como a última fronteira agrícola do Brasil. O cerrado ocupa na totalidade a região sudoeste e parte do extremo-sul piauiense, como área de domínio, além de manchas de transição ao norte e centro-leste do Estado. Significa que há um potencial enorme para futuras explorações. De acordo com a Fundação Cepro (1992, p. 6), o Cerrado piauiense equivale a uma área de 11.856.866 milhões de hectares, o que corresponde a 46% da área do Estado e fica localizado, em sua maior extensão, dentro do Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba, e este será o objeto do presente artigo.

O desenvolvimento agrícola da região ocorreu a partir de uma agricultura de subsistência para uma agricultura extensiva de forte base tecnológica, cuja produção é voltada cem por cento para o mercado externo, ou seja, commodities.

Para que isso acontecesse, houve uma ação de governo que criou condições para que o investimento privado pudesse acontecer, acreditando que tais investimentos criariam uma rede de proteção social para que as pessoas tivessem ganho em qualidade de vida. Como reforça Prado (2017), o modelo econômico novo desenvolvimentista não rompe com o capitalismo, mas procura organizar o sistema produtivo, por meio de controles gerenciais estatais que moldariam o sistema para que não houvesse aumento de pobreza e sim ampliação de mão de obra remunerada, ampliando a demanda agregada. Para tanto, adotou outro viés, o controle do câmbio, como forma de manter a produção nacional competitiva no mercado internacional, bem como, buscando o desenvolvimento da indústria nacional.

Considerando esse contexto, o objetivo deste artigo é investigar a política econômica novo desenvolvimentista adotada pelo governo do Piauí de 2010 a 2022, e as consequências para a população no cerrado piauiense, a partir dos dados do PIB da região e outros indicadores de desempenho socioeconômico. O artigo apresenta, ainda, como objetivos específicos, descrever a política novo desenvolvimentista do governo do Piauí; comparar os conceitos de política novo desenvolvimentista prevista em Bresser-Pereira com o plano de desenvolvimento aplicado no Piauí, no referido período, e apresentar os dados socioeconômicos da região do

cerrado do Piauí.

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, acesso a dados secundários, com a devida relação entre dados e conceitos. O artigo, além desta introdução, possui uma seção sobre o cerrado do Piauí e seus números, uma outra sobre as consequências do modelo novo desenvolvimentista no cerrado do Piauí e, por fim, as considerações finais.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 NOVO-DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL E NO PIAUÍ E SITUAÇÃO DO CERRADO**

O Brasil, sobretudo nos mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003/2006 e 2008/2011) e Dilma Rousseff (2012-2015) assumiu uma política desenvolvimentista que aplicava os preceitos teóricos do novo desenvolvimentismo, com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (1 e 2), que previa recursos de cerca de 13% do PIB brasileiro e investimentos em infraestrutura tais como transporte, energia, saneamento e moradia, com destaque especial para o programa Minha Casa Minha Vida. Corrobora com esse ponto o texto de Rotta e Reis (2018):

Comparando-se a representatividade dos investimentos realizados na proporção com o PIB, tem-se que o PAC amplia a taxa de investimentos na relação com o PIB, tanto do setor público, que passa de 1,6%, em 2006, para 2,9%, em 2009, quanto de forma geral, passando de uma média de 16,6%, entre 1995 e 2006, para uma média de 18,4%, entre 2007 e 2014. Portanto, a ação do Estado na dinamização do desenvolvimento é perceptível, em termos objetivos, evidenciando tratar-se de uma opção desenvolvimentista de governo, presente durante a vigência do PAC.(ROTTA E REIS, p.13, 2018).

Não obstante a implantação do PAC 1 e do PAC 2, conforme registra Paulani (2017), a literatura novo desenvolvimentista reforça a tese de que os governos petistas adotaram parte da política econômica novo desenvolvimentista, mas não cumpriram um dos seus elementos principais: o desenvolvimento da indústria nacional, e ainda valorizaram a financeirização do capital com a manutenção de uma taxa Selic alta.

No caso do Piauí, por ter um governo também do Partido dos Trabalhadores (PT), naturalmente alinhado ao governo central, mesmo quando teve um governador filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), manteve a ligação com as políticas do governo federal. Dessa

forma, o Piauí recebe os impactos da política econômica central como também adotou em nível local a mesma política, com investimentos – seja com recursos do tesouro ou provenientes de operações de crédito, convênios ou emendas parlamentares, voltados para a infraestrutura. No quadro abaixo, são apresentados trechos cortados das Mensagens do Governador (de 2016 a 2022), apresentadas na abertura do ano legislativo da Assembleia Legislativa do Piauí, um ritual obrigatório em que o governo apresenta os resultados do ano anterior, como uma prestação de contas ao poder que cria e aprova leis que regulamentam as atividades do Estado. Estes trechos refletem a aderência da política de governo a uma política econômica novo desenvolvimentista (Quadro 1).

**QUADRO 1.** Trechos das Mensagens do Governador, de 2016 a 2022

Ano	Destaque Mensagem do Governador à ALEPI					
2016	<p><b>Crescer. Transformar, evoluir, desenvolver. É isso que nos move.</b> O Piauí é um estado que quer e precisa de mais trabalho, mais infraestrutura, mais energia, mais conhecimento, para ser grande. É por isso que o governo do Piauí está transformando a paisagem de todas as regiões do estado. Transformando vento em energia, participando da maior obra ferroviária do mundo, a Transnordestina, criando modelos de escola, apoiando o agronegócio responsável e investindo na infraestrutura e na geração de oportunidades.</p> <p><b>Para fazer sua gente crescer e viver melhor.</b></p>					
2017	<p>Gostaríamos de frisar que nossa proposta prevê um crescente superavit nas contas públicas para aplicação de recursos excedentes em investimentos, usando uma fórmula que não engessa o Estado. Vamos lembrar que o Piauí limitou despesas.</p>					
2018	<p>O avanço de grandes projetos de produção e de negócios locais impulsionados por estes empreendimentos privados exigem uma ação de governo em mais infraestrutura e comunicação. Na infraestrutura, os investimentos em mobilidade urbana resultaram, em 2018, na pavimentação poliédrica superior a 50 km de vias públicas em cidades de Norte ao Sul do Piauí e em mais de 20 km de vias asfaltadas.</p>					
2019	<b>INCENTIVOS FISCAIS GERARAM 15.507 EMPREGOS</b>					
	<b>EXERCÍCIO</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>TOTAL</b>
	NÚMEROS EMPRESAS EMPREGOS DIRETOS GERADOS	DE10	9	16	7	42
	EMPREGOS INDIRETOS GERADOS	323	646	1586	928	3483
	RECURSOS INVESTIDOS (R\$ 1,00)	1683	7577	2372	1392	13024
2020	<p>17868720      29669970      190782759      1784828509      2023149958</p> <p>O estado do Piauí avançou na melhoria da infraestrutura necessária para o desenvolvimento, a partir de um conjunto de ações nas áreas de mobilidade urbana, saneamento, habitação, segurança, saúde e educação. O estado viabilizou a expansão da malha rodoviária, energética e turística dinamizando os territórios de desenvolvimento, atraindo mais investimentos e gerando oportunidades de trabalho e renda para a população.</p>					

<b>2021</b>	<p><b>UMA MALHA RODOVIÁRIA QUE ALCANÇA TODO O PIAUÍ</b> Os investimentos em melhoria das rodovias do Piauí em 2021 fizeram a diferença na vida dos piauienses em vários municípios, trazendo inovações e encurtando distâncias. Avanços que eram muito esperados foram concretizados pelo Governo do Estado e abriram novos caminhos para uma malha viária mais segura e planejada para os desafios do futuro.</p>
<b>2022</b>	<p><b>MANUTENÇÃO</b> 4 em cada 10 km de rodovias estaduais do piauí receberam cuidados em 2021.</p> <p><b>INVESTIMENTO</b> R\$ 34 milhões em serviços de manutenção da qualidade das rodovias.</p>

**Fonte:** Dados de pesquisa (2024).

Há uma vasta literatura acerca do cerrado do Piauí. Considerando tal aspecto, este artigo vai se ater aos dados estruturais. O Piauí faz parte do Matopiba, ou seja, uma região formada por áreas de cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

O Relatório da Embrapa (2014) registra que o território foi regulamentado pelo decreto da presidência da república no. 8.447, de 6 de maio de 2015, e dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor e, para tanto, foi delimitada uma área formada por 337 municípios, 31 microrregiões e representa um total de cerca de 73,1 milhões de hectares (51% da área dos quatro estados).

Possui três bacias hidrográficas: bacia do rio Tocantins (ocupando 43% da área do Matopiba), bacia do Atlântico – trecho norte/nordeste (com 40%), e bacia do rio São Francisco (com 17%). Na bacia do Atlântico, há o rio Parnaíba, o maior do Estado.

Atualmente, o Piauí é organizado em Territórios de Desenvolvimento. Essa divisão levou em consideração as peculiaridades locais e regionais e, segundo a Fundação Cepro (2023), o objetivo foi realizar o desenvolvimento sustentável do Estado, buscar a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população.

A maior parte do cerrado do Piauí e a região produtiva analisada neste artigo se situam no Território de Desenvolvimento denominado Tabuleiros do Alto Parnaíba, composto pelos seguintes municípios: Guadalupe, Marcos Parente, Jerumenha, Porto Alegre do Piauí, Antônio Almeida, Landri Sales, Canavieira, Sebastião Leal, Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro e Ribeiro Gonçalves.

Seguem dados relativos à região:

**QUADOR 2.** População total e PIB – Território do Alto Parnaíba (2010 e 2020)

Município	População	PIB 2010	PIB 2020	Varição em %
Porto Alegre do Piauí	2.364	12.153,04	28.865,38	237,52
Antônio Almeida	3.152	80.206,48	133.132,93	165,99
Canaveira	3.414	15.323,96	39.117,28	255,27
Jerumenha	4.497	19.841,44	47.993,97	241,89
Sebastião Leal	4.446	71.132,52	176.007,39	247,44
Marcos Parente	4.724	16.918,54 2	47.995,80	283,69
Landri Sales	5.213	32.096,88	87.701,27	273,24
Ribeiro Gonçalves	6.164	81.673,13	461.080,75	564,54
Guadalupe	10.279	198.105,53	552.765,53	279,03
Baixa Grande do Ribeiro	13.272	148.451,42	1.229.741,96	828,38
Uruçuí	25.203	427.632,42	1.912.855,10	447,31
<b>Total</b>	<b>82.728</b>	<b>1.912.855,1</b> <b>0</b>	<b>4.786.819,71</b>	<b>427,47</b>

Fonte: Censo IBGE (2022).

A população total do Piauí, de acordo com o IBGE (2022) é de 3.269.200 habitantes. O Território Alto Parnaíba, com seus 82.728 habitantes, equivale a 2,53% do total de piauienses. No entanto, representa, conforme o Cepro (2023), o segundo maior PIB do Estado, com um volume de R\$ 4,8 bilhões, perdendo apenas para o Território Entre Rios, onde fica a capital do Estado, Teresina.

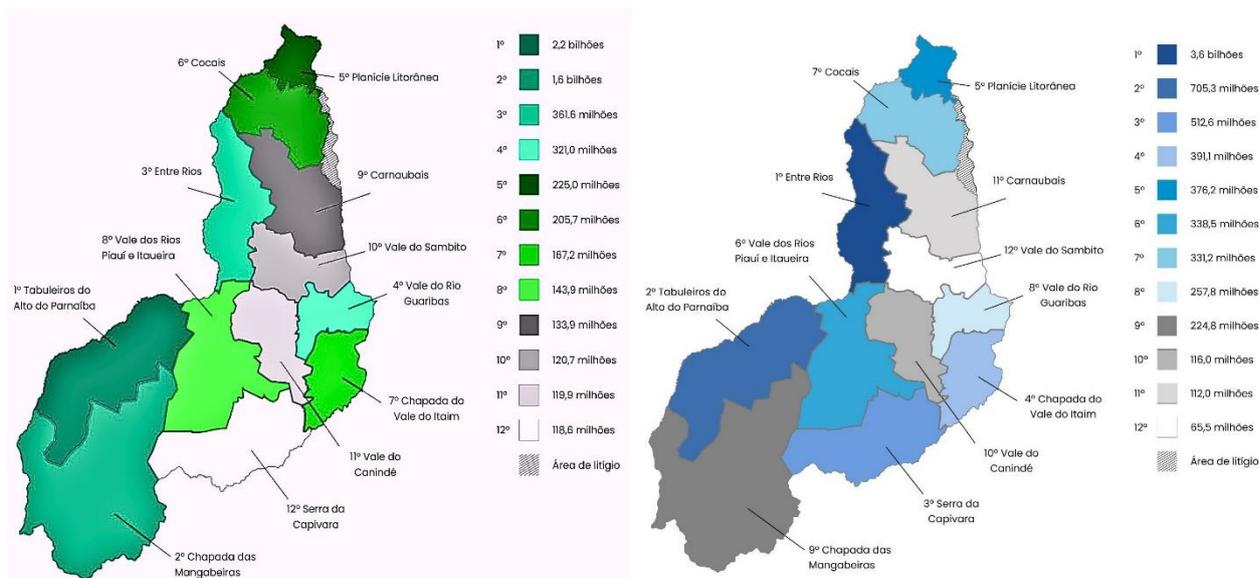
O PIB total do Estado do Piauí foi de R\$ 56.391 bilhões, o Território Entre Rios somou R\$ 25,3 bilhões desse total, e o Território Alto Parnaíba, com seus quase R\$ 5 bilhões, somou 8,52% do total. Desse dado é registrado um PIB per capita de R\$ 43.813,31, mais que o dobro do PIB per capita do Território Entre Rios, cujo valor é de 20.441,20. Destaque para o relatório PIB Territórios do Piauí 2020, da Cepro:

Com o segundo maior PIB territorial do Estado, Tabuleiros do Alto Parnaíba produziu, em 2020, R\$ 4,786 bilhões. Este montante representou 8,5% do PIB estadual, o que caracteriza um incremento nominal de 28,7% em relação a 2019. [...] O principal grupo de atividade econômica desse território em 2020 foi de Agropecuária, representando 46,4% do PIB total do território, e suas principais atividades, de acordo com a CNAE, foram: fabricação de óleos vegetais em bruto e cultivo de soja (CEPRO/SEPLAN, 2023, p. 9).

Ainda se tratando desse relatório, é registrado o Valor Adicionado Bruto – VAB , dos Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí e, mais uma vez, o Território Tabuleiros do Alto Parnaíba é protagonista, marcando o maior crescimento acumulado das atividades agropecuárias desenvolvidas na região, uma variação de 323,7%, de 2010 a 2020.

Sobre o VAB dos Territórios, foram reproduzidos dois mapas do documento emitido pela Fundação Cepro (2023), registrando o segmento agropecuário e industrial, em que o primeiro, conforme dito na introdução deste artigo, adota um modelo de produção voltado para o mercado externo, e o segundo, a indústria, seria o segmento que deveria crescer, em função da modelagem de política econômica novo desenvolvimentista.

**IMAGEM 1.** Mapas 1 e 2 - Mapas do segmento agropecuário e industrial



Fonte: Cepro/Seplan (2023, p. 17 e 18, respectivamente).

Mais uma vez, o Território Alto Parnaíba fica em primeiro lugar, contribuindo com R\$ 2,2 bilhões do montante total de R\$ 5,70 bilhões, representando 38,5%.

Já no segmento econômico indústria, o Território Alto Parnaíba fica em segundo lugar, atrás, portanto, do Território Entre Rios, onde fica a capital do Estado, Teresina. Porém, mesmo estando em segundo lugar, a contribuição é bem abaixo (R\$ 3,6 bilhões), quando comparado com Alto Parnaíba, que contribui com R\$ 705,3 milhões, ou seja 10% do total.

No que diz respeito à participação da Administração Pública no VAB, o Território Alto Parnaíba é o que apresenta o menor índice, de 11,72%.

Em 2016, a Fundação Cepro publicou o IDHM dos Municípios do Piauí por Territórios de Desenvolvimento, o documento é o resultado de um esforço metodológico para fazer uma projeção do IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, por Território de Desenvolvimento, utilizando dados de diversas pesquisas. Sendo assim, trabalhou registros relativos à renda, educação e longevidade. O quadro abaixo apresenta o resultado do Território

de Desenvolvimento Tabuleiro do Alto Parnaíba.

**QUADRO 3.** Território do Alto Parnaíba: IDHM 2010 e Projeção para 2020

Município	Valor (2010)	Classificação	2000/2010	Projeção	Classificação
Porto Alegre do Piauí	0,563	Baixo	0,189	0,752	Alto
Baixa Grande do Ribeiro	0,564	Baixo	0,215	0,779	Alto
Canavieira	0,583	Baixo	0,195	0,778	Alto
Jerumenha	0,591	Baixo	0,143	0,734	Alto
Sebastião Leal	0,562	Baixo	0,193	0,755	Alto
Marcos Parente	0,559	Baixo	0,124	0,683	Médio
Landri Sales	0,584	Baixo	0,133	0,717	Alto
Ribeiro Gonçalves	0,601	Médio	0,171	0,772	Alto
Guadalupe	0,650	Médio	0,155	0,805	Muito Alto
Antônio Almeida	0,620	Médio	0,142	0,762	Alto
Uruçuí	0,631	Médio	0,199	0,83	Muito Alto

Fonte: Fundação CEPRO (2016).

O pressuposto adotado pela Cepro (2016), para fazer a projeção, é considerar que é possível afirmar que o município tende a repetir o mesmo crescimento ocorrido entre a década de 2000 a 2010, no período 2010-2020. Com base nisso, faz a projeção, disposta no quadro acima.

Ainda do material da produzido pela Fundação Cepro é possível destacar o IDHM do Brasil, que é 0,727, portanto alto, com um crescimento de 0,115, porém o crescimento do Território de Desenvolvimento Alto Parnaíba é maior que o do Brasil, sendo 0,162, o que permitiu o relatório fazer a seguinte conclusão: “Isso significa redução de desigualdade social na primeira década do século XXI”.(p.133).

A conclusão da Fundação CEPRO é fundamentada, apresenta um pressuposto assertivo: em repetindo o crescimento registrado no CENSO 2010, o Território chegaria sim a um IDHM de alto. Isso é relevante, porém a questão passa por situações que os números mensurados não conseguem mostrar. São importantes, são indicadores, portanto, imprescindíveis para a definição de políticas públicas, mas, seja pela metodologia, que se firma em avaliações generalistas, há situações pontuais que saltam aos olhos quando se visita a região , destaca-se, abaixo fotos de residências da população que vive nos chamados “baixões do cerrado”, região que fica nas encostas dos morros que formam o chamado platô, ou melhor, topo dos morros, com grande extensão, plana, que permite a adoção de uma agricultura no modelo extensivo.

O Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba, nos municípios

produtores, tais como, Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro, Sebastião Leal e Ribeiro Gonçalves há em média 4 comunidades que vivem nessas regiões denominadas baixões e que vivem ao revés das políticas públicas. Como reforça MORAIS (2000), são os “invisibilizados”: “A noção de vazio é, assim, a base para a passagem de ecossistema a agrossistemas, justificando a implementação de modelo de desenvolvimento propugnado” (Morais, p.91).

São comunidades que vivem do que produzem, quase sempre um pouco de milho, um pouco de feijão e algumas galinhas e porcos e das políticas sociais de transferência de renda. Tais comunidades vivem sem saneamento, a educação é somente até a básica, o acesso é limitado por estradas sem pavimentação, esburacadas, sem sinalização, o que dificulta inclusive o acesso do transporte escolar. Para ter acesso aos serviços de saúde é necessário, em média um deslocamento de 100 a 120 km nessas estradas desestruturadas. Enfim, há um desafio a ser vencido pelas políticas econômicas desenvolvimentistas: criar condições para que empreendimentos privados se estabeleçam, tentar desenvolver a indústria local, proteger a produção nacional garantindo inclusive insumos, por meio de uma política cambial ajuda a desenvolver a região, mas deixa uma parcela da população para trás, que não poderia ser desconsiderada, configurando um imenso fosso entre os mais pobres e os mais ricos.

### **3 CONCLUSÃO**

Este artigo procurou apresentar a política econômica novo desenvolvimentista adotada pelo governo do Piauí no período de 2010 a 2022, na região produtora de commodities, mais especificamente, no Território de Desenvolvimento Alto Parnaíba. Para tanto, fez uma pergunta pontual: há o que se comemorar?

Para responder essa pergunta pontual, o artigo buscou os dados secundários do IBGE e Fundação Cepro, em especial um trabalho feito pela fundação que buscou simular o possível IDHM dos Territórios de Desenvolvimento em 2020, quando ainda se estava em 2016. Conforme explicado no texto, para nortear as ações de governo. A análise aqui, então, levou em consideração essa simulação de IDHM realizado pela Cepro e o PIB registrado pelo Território de Desenvolvimento Tabuleiros Alto Parnaíba, região do cerrado do Piauí, produtora de commodities. Essa análise buscava identificar a aplicação da política econômica novo-desenvolvimentista adotada pelo governo do Piauí, de 2010 a 2020.

Com base no estudo realizado, é possível concluir que não houve a aplicação de uma política econômica novo-desenvolvimentista em sua totalidade, mas, que houve, sim, um viés novo desenvolvimentista forte, como demonstra os destaques de trechos do documento Mensagem do Governador à Casa Legislativa do Estado ao longo desses anos.

Vale considerar que os dados são positivos, visto que há uma forte perspectiva de aumento de desenvolvimento humano municipal ao tempo em que indica pontos de ajuste fino. As publicações realizadas pela Fundação Cepro apontam nesse sentido e orientam sobre a necessidade de uma maior investigação relativa aos impactos ou não impactos nos municípios não produtores de commodities, a questão da distribuição de renda e a aplicação de recursos públicos com vistas a reduzir as desigualdades, considerando que elas se mantêm.

O modelo de desenvolvimento adotado na região estudada tem suas limitações, visto que não atende a uma questão precípua do novo desenvolvimentismo, que é o aspecto relacionado à industrialização. Também não garante uma ampla distribuição de renda, visto que municípios vizinhos não são afetados no crescimento dos seus PIBs na mesma proporção. E o aspecto que se destaca é que, apesar do Território apresentar uma perspectiva de IDHM classificado como alto, há um desafio a ser vencido, que é o fato de se ter muitas comunidades que vivem em uma situação social e econômica que provavelmente possa ser identificada como muito baixa, são os chamados “invisibilizados”.

O presente estudo é considerado significativo no que se refere à temática, no entanto, requer ampliação, visto que não mediu o IDHM, aplicado de forma pontual nas comunidades dos Baixões, bem como, não buscou identificar as limitações relativas ao conceito de PIB, PIB *per capita* e IDHM. Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas, no sentido de analisar tais dados de forma específica, bem como, outros dados que propiciem as condições para elaboração de políticas públicas destinadas ao atendimento das necessidades da população afetada.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, jul./dez. 2003.

MENDES, Felipe. **Economia e Desenvolvimento do Piauí**. 2ª ed. Teresina: EDUFPI, 2019.

QUEIROZ, Terezinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense da pecuária ao extrativismo**. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

POCHMANN, Marcio. **Piauí: trajetória e transição econômica**/Marcio Pochmann, Alexandre Guerra. – Teresina: CEPRO, 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Quase estagnação no Brasil e o novo desenvolvimentismo. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 42, n. 2, p. 503-531, 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Por que o Brasil cresce pouco desde 1990-91**. Margem esquerda, n. 23, páginas, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A quase estagnação brasileira e sua explicação novo-desenvolvimentista. In: **Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil**. Barbosa, Nelson et al... Rio de Janeiro: Elsevier; FGV/EESP. *Brazilian Journal of Political Economy* 37 (3), 2017, pp. 478-503 503, 2015a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Brazil 35 years-old quasi-stagnation: facts and theory**. Texto para Discussão. São Paulo: FGV-EESP, 2015b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Macroeconomia desenvolvimentista – teoria e política do novo-desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

BRESSER-PEREIRA, LUIZ C; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: FGV, p. 207-230, 2010.

CUNHA, Francisco Eduardo de Oliveira; TRINDADE, José Raimundo Barreto. Agronegócio da soja no cerrado piauiense e (super)exploração da força de trabalho rural: uma análise empírica. **Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho**, v. 11, n. 2, p. 116-140, 2022.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OFFE, Klaus. A democracia partidária competitiva e o “Welfare State” keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. In: **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PEREIRA, Carlos Claudemir. **Apogeu e crise do Welfare State keynesiano**. 2012.

PRADO, Eleutério F. S. Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 37, p. 478-503, 2017.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado providência**. Tradução de Joel Pimentel de Ulhôa. Goiânia: IFG; Brasília: UnB, 1997.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do séc. XXI**. 8. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2016.

SILVA, Derick Luan Ferro da. COSTA, Roger Müller Rodrigues Sousa. O Estado enquanto provedor de Políticas Públicas: aspectos históricos. 6º Encontro Internacional de Política Social e 13º Encontro Nacional de Política Social. **Anais...**, 2018.

SILVA, Teresinha de Jesus Ferreira da. **Cenário da indústria piauiense: relatório de estudo e pesquisa**. Teresinha de Jesus Ferreira da Silva et al. Teresina: CEPRO/SEPLAN, 2021.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. **Economia piauiense**: planejamento e perspectivas de investimentos. Teresina: EDUFPI, 2018.

ROTTA, Edemar; REIS, Carlos Nelson dos. As políticas sociais no programa de aceleração do crescimento (pac): novas atribuições e velhos dilemas. Anais do 6º Encontro Internacional de Política Social e 13º Encontro Nacional de Política Social. **Anais...**, 2018.